

Comissão de Registo dos Auditores e dos Contabilistas
2020 Prestação de Provas
【Fiscalidade da RAEM】 Matéria da prova

I. Noções gerais de Fiscalidade

1. Definição jurídica de imposto
2. Características dos Impostos
3. Tipos de Taxas
4. Classificação dos Impostos
5. Princípios gerais de direito fiscal
6. Teoria e Aplicação das Fiscais Internacionais

II. Legislação Fiscal da RAEM

1. Tipos de Impostos
2. Regime geral fiscal:
 - **Decreto-Lei n.º16/84/M, de 24 de Março** — Remessa de notificação ou aviso fiscal, sob registo postal
 - **Decreto-Lei n.º16/85/M, de 2 de Março** — Regime geral da anulação e restituição de contribuições e impostos
 - **Decreto-Lei n.º57/87/M, de 27 de Julho** — Arredondamento das importâncias relativas à liquidação e cobrança de receitas para a unidade de pataca imediatamente superior
 - **Lei n.º15/96/M, de 12 de Agosto** — Clarificação de alguns aspectos em matéria fiscal
 - **Regulamento Administrativo n.º22/2008, de 4 de Agosto** — Regime dos meios de pagamento aceites pelo Governo da Região Administrativa Especial de Macau
 - **Regulamento Administrativo n.º1/2020, de 20 de Janeiro** — Regulamentação do registo sobre actividades do grupo de empresas multinacionais
3. Benefícios Fiscais:
 - **Lei n.º1/86/M, de 8 de Fevereiro** — Incentivos fiscais no âmbito da política industrial
(Alteração pelo Decreto-Lei n.º35/93/M, de 12 de Julho)
 - **Decreto-Lei n.º81/89/M, de 11 de Dezembro** — Incentivo à criação e desenvolvimento de infra-estruturas turísticas
 - **Lei n.º7/2019, de 8 de Abril** — Regime do benefício fiscal para a locação financeira

- **Lei n.º11/96/M, de 12 de Agosto** — Declaração de utilidade pública administrativa
- **Decreto-Lei n.º6/99/M, de 08 de Fevereiro** — Estabelecimento do novo regime jurídico dos fundos privados de pensões
(Alterações pelo Lei N.º 10/2001, de 9 de Julho)
- **Despacho do Chefe do Executivo n.º 403/2011, de 19 de Dezembro** — Reconhece a existência de reciprocidade de tratamento fiscal para as empresas de transporte aéreo entre a Região Administrativa Especial de Macau e a Região Administrativa Especial de Hong Kong
- **Lei n.º7/2017, de 19 de Junho** —Regime de previdência central não obrigatório
- **Lei n.º8/2018, de 30 de Julho** —Benefício fiscal à contratação de pessoas portadoras de deficiência
- **Lei n.º2/2019, de 11 de Fevereiro** —Regime de benefícios fiscais para a reconstrução de edifícios
- **Lei n.º19/2018, de 31 de Dezembro** — Lei do Orçamento de 2019
- **Lei n.º22/2019, de 31 de Dezembro** — Lei do Orçamento de 2020
- **Lei n.º3/2020, de 17 de Abril** — Alteração à Lei do Orçamento de 2020

III. Contribuição Industrial

IV. Imposto Complementar de Rendimentos (Incluindo Lei n.º 21/2019, Despacho do Secretário para a Economia e Finanças n.º 44/2020)

V. Imposto Profissional

VI. Contribuição Predial Urbana

VII. Imposto do Turismo

VIII. Imposto do Selo

IX. Imposto sobre Veículos Motorizados

X. Imposto do Consumo

XI. Renda (Portaria n.º164/98/M, de 13 de Julho)

XII. Contribuição Especial (Portaria n.º219/93/M, de 2 de Agosto)

**XIII. Regime Fiscal das Reintegrações e amortizações do Activo Imobilizado
(Decreto-Lei n.º4/90/M, de 5 de Março)**

XIV. Convenções e Acordos para Evitar a Dupla Tributação em Matéria de Imposto sobre o Rendimento

- **Aviso do Chefe do Executivo n.º11/2004, de 28 de Abril** — Acordo entre a Região Administrativa Especial de Macau e a China Continental para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 37/2009, de 9 de Dezembro** — Protocolo relativo ao «Acordo entre a China Continental e a Região Administrativa Especial de Macau para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento»
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 21/2011, de 10 de Agosto** — 2.º Protocolo relativo ao Acordo para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento entre a China Continental e a Região Administrativa Especial de Macau
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 35/2016, de 09 de Maio** — Acordo entre Macau e Taiwan Para Evitar a Dupla Tributação das Empresas de Transporte Aéreo
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 79/2016, de 30 de Novembro** — 3.º Protocolo referente ao Acordo entre a China Continental e a Região Administrativa Especial de Macau para evitar a dupla tributação e prevenir a evasão fiscal em matéria de impostos sobre o rendimento
- **Decreto-Lei n.º106/99/M, de 13 de Dezembro** — Convenção entre o Governo de Portugal e o Governo de Macau para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º31/2006, de 28 de Agosto** — Convenção entre a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a República Portuguesa sobre os Privilégios Fiscais aplicáveis às suas Delegações e Membros do seu Pessoal
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 60/2018, de 26 de Novembro** — Protocolo entre a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a República Portuguesa que Altera a Convenção entre o Governo de Macau e o Governo de Portugal para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre o Rendimento, Assinada em Macau em 28 de Setembro de 1999

- **Aviso do Chefe do Executivo n.º24/2010, de 11 de Outubro —**
Convenção entre a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a República de Moçambique para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre o Rendimento
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 50/2011, de 12 de Setembro —**
Convenção entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo da República de Cabo Verde para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre o Rendimento
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 51/2011, de 12 de Setembro —**
Convenção entre a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Reino da Bélgica para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre o Rendimento
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 38/2018, de 09 de Julho —**
Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo da República Socialista do Vietname para Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos Sobre o Rendimento - O Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo da República Socialista do Vietname

XV. Regime Geral do Fundo de Segurança Social

- **Lei n.º 4/2010, de 23 de Agosto —** Regime da Segurança Social (Incluindo Lei n.º 6/2018)
(Rectificação pelo Boletim Oficial da Região Administrativa Especial de Macau n.º 42, I Série, de 18 de Outubro de 2010)
- **Despacho do Chefe do Executivo n.º. 357/2016, de 24 de Outubro**

XVI. Regime das Relações de Trabalho

- **Lei n.º 7/2008, de 18 de Agosto —** Lei das relações de trabalho
- **Lei n.º 8/2020, de 25 de Maio —** Alteração à Lei n.º 7/2008 — Lei das relações de trabalho
- **Regulamento Administrativo n.º 20/2020 de 8 de Junho —** Medidas do subsídio complementar à remuneração paga na licença de maternidade
- **Lei n.º 21/2009, de 27 de Outubro —** Lei da contratação de trabalhadores não residentes(Incluindo Lei n.º 4/2013)

XVII. Troca de informações em matéria fiscal

- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 22/2011, de 8 de Agosto —**
Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo da Austrália relativo à Troca de Informações em Matéria Fiscal

- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 23/2011, de 8 de Agosto** —
Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo do Reino da Dinamarca relativo à Troca de Informações em Matéria Fiscal
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 24/2011, de 8 de Agosto** —
Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo das Ilhas Faroé relativo à Troca de Informações em Matéria Fiscal
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 25/2011, de 8 de Agosto** —
Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo da República da Finlândia relativo à Troca de Informações em Matéria Fiscal
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 26/2011, de 8 de Agosto** —
Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo da Gronelândia relativo à Troca de Informações em Matéria Fiscal
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 27/2011, de 8 de Agosto** —
Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo da Islândia relativo à Troca de Informações em Matéria Fiscal
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 28/2011, de 8 de Agosto** —
Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo do Reino da Noruega relativo à Troca de Informações em Matéria Fiscal
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 29/2011, de 8 de Agosto** —
Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo do Reino da Suécia relativo à Troca de Informações em Matéria Fiscal
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 1/2012, de 13 de Fevereiro** —
Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo da República da Índia relativo à Troca de Informações em Matéria Fiscal
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 51/2012, de 3 de Dezembro** —
Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo da Jamaica relativo à Troca de Informações em Matéria Fiscal
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 26/2013, de 15 de Julho** —
Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo de Malta relativo à Troca de Informações em Matéria Fiscal
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 10/2014, de 08 de Abril** —
Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo de Japão relativo à Troca de

Informações em Matéria Fiscal

- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 60/2014, de 29 de Setembro** —
Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo do Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte relativo à Troca de Informações em Matéria Fiscal
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 61/2014, de 29 de Setembro** —
Acordo entre o Governo da Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e o Governo de Guernsey para a Troca de Informações em Matéria Fiscal
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 62/2014, de 29 de Setembro** —
Acordo entre a Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a República da Argentina para a Troca de Informações em Matéria Fiscal
- **Aviso do Chefe do Executivo n.º 68/2016, de 11 de Outubro** —
A Região Administrativa Especial de Macau da República Popular da China e a Irlanda para a Troca de Informações em Matéria Fiscal
- **Lei n.º 5/2017, de 12 de Junho** — Regime jurídico da troca de informações em matéria fiscal
- **Despacho do Chefe do Executivo n.º 211/2017, de 28 de Junho** —
Norma comum de comunicações e os procedimentos de diligência devida para informações sobre contas financeiras

XVIII. Serviço Electrónico

- **Despacho do Chefe do Executivo n.º79/2008, de 7 de Abril** —
Disponibilização por parte da Direcção dos Serviços de Finanças em versão electrónica os modelos de formulários e impressos necessários à instrução ou impulso de qualquer procedimento administrativo da sua competência
- **Regulamento Administrativo n.º11/2008, de 19 de Maio** — As formas e as condições gerais de acesso ao serviço de declarações electrónicas da Direcção dos Serviços de Finanças

XIX. Resoluções Administrativas

- **Despacho n.º40/GM/92, de 27 de Abril** — Englobamento na base de incidência do Imposto Profissional os rendimentos em espécie
- **Circular n.º01/DIR/2001, de 2 de Agosto** — Fixação de valores matriciais e locativos
- **Circular n.º03/DIR/2001, de 12 de Novembro** — Anulação e restituição de contribuições e impostos (Decreto-Lei n.º 16/85/M, de 2 de Março)
- **Circular n.º002/DIR/2007, de 05 de Junho** — Planos de Pensões e Fundos Privados de Pensões. Tratamento fiscal a conferir às contribuições iniciais e extraordinárias realizadas pela entidade patronal

- **Circular n.º003/DIR/2007, de 26 de Outubro** — <Imposto Complementar de Rendimentos> – Tratamento fiscal dos ajustamentos de abertura efectuados por conta da adopção, pela primeira vez, das Normas de Contabilidade, no ano fiscal de 2007
- **Circular n.º01/DIR/2009, de 7 de Janeiro** — Imposto Complementar de Rendimentos (ICR). Pedido de passagem para o grupo “B” pelos contribuintes do grupo “A”
- **Circular n.º02/DIR/2009, de 7 de Janeiro** — <Imposto Profissional> – Tributação do rendimento proveniente do direito de subscrição de acções por trabalhadores
- **Circular n.º003/DIR/2018 de 23 de Julho** — “Imposto Complementar de Rendimentos” – Procedimento fiscal sobre a isenção, em 2018, dos rendimentos gerados e tributados em países de língua oficial portuguesa
- **Circular n.º004/DIR/2018 de 25 de Julho** — Regime Fiscal sobre o Regime de Previdência Central Não Obrigatório
- **Circular n.º005/DIR/2018 de 06 de Agosto** — Benefício fiscal à contratação de pessoas portadoras de deficiência respeitante ao « imposto complementar de rendimentos » e ao « imposto profissional »
- **Circular n.º001/DIR/2019, de 07 de Janeiro** — Regulamento do Imposto Profissional (RIP). Actualização das Circulares n.º 1/DIR/2018 e n.º 2/DIR/2018, por efeito da alteração dos montantes dos subsídios de residência e de família excluídos da matéria colectável nos termos do disposto nas alíneas e) e f) do artigo 4.º do RIP
- **Circular n.º001/DIR/2020, de 06 de Janeiro** — Regulamento do Imposto Profissional (RIP). Actualização da Circular n.º 1/DIR/2019, por efeito da alteração dos montantes dos subsídios de residência e de família excluídos da matéria colectável nos termos do disposto nas alíneas e) e f) do artigo 4.º do RIP
- **Circular n.º002/DIR/2020, de 08 de Janeiro** — Imposto Complementar de Rendimentos” – Procedimento fiscal sobre a isenção, nos anos de 2019 e 2020, dos rendimentos gerados e tributados em países de língua oficial portuguesa